

## **Agroecologia: um processo que favorece ou desfavorece a legitimação do saber tradicional?\***

*Janine Moreira<sup>1</sup>*

Universidade do Extremo Sul Catarinense

### **Resumo**

A dimensão educativa da Extensão Rural (ER) foi caracterizada por valores de dominação do saber moderno do técnico sobre o saber tradicional do agricultor. A exclusão social de uma camada de agricultores do processo de modernização agrícola teve como vertente cultural a exclusão de seu conhecimento. A agroecologia representa uma forma de produção que traz em si uma resistência ao modelo excludente moderno, permeada por valores de participação,

### **Abstract**

The educative dimension of Rural Extension (RE) has been featured by values which emphasize the domination of the modern knowledge of the technician over the traditional knowledge of the peasant. The social exclusion of the peasants' stratum from modern agriculture practices culturally resulted in the exclusion of their knowledge. Thus ecoagriculture represents a way of production that involves resistance to the modern model of exclusion, permeated by values of participation,

\* Agroecology: does it favor or disfavor legitimation of traditional knowledge?

<sup>1</sup> Psicóloga. Doutora Psicopedagogia pela Universidade de Córdoba, Espanha. Professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma.

descentralização, diversidade, trazendo como um de seus pressupostos a valorização do conhecimento do agricultor. Essa nova relação entre os saberes requer uma nova relação entre técnicos e agricultores. Várias experiências em agroecologia estão se constituindo atualmente. Será que estas realidades estão, de fato, se constituindo de mediações para a construção dos valores presentes na agroecologia? Este artigo traz algumas considerações a esse respeito.

**Palavras-chave:** Saberes, agricultor, extensionista, agroecologia.

decentralization, diversity and presenting as a presupposition the valuation of the peasant's knowledge. This new relation between the two kinds of knowledges demands a new relationship between technicians and peasants. Actually, several experiences about ecoagriculture are being developed. However, are these realities indeed mediating the construction of the values which appear in ecoagriculture? This article presents some considerations about this issue.

**Keywords:** Different kinds of knowledge, peasant, extensionist, ecoagriculture.

### Introdução

A era moderna validou o saber científico nas culturas ocidentais. A partir do Renascimento e, mais propriamente, dos ideais iluministas revolucionários, coube à ciência - naquela época compreendida sob a lógica positivista<sup>2</sup> - fazer a leitura da realidade e indicar a solução para os problemas advindos de uma forma de vida que então se legitimava. A ciência passou a se imbuir do papel de dar respostas às contradições próprias do sistema capitalista de produção e de vida.

Falar aqui de "sistema capitalista de produção" não é fazer sua crítica e nem a apologia de suas possíveis alternativas. O que queremos é aceitar o ponto de vista de que, concomitantemente a um sistema

<sup>2</sup> Por "lógica positivista" entende-se a concepção de que só é ciência o que pode ser objetivamente quantificado e de que cabe à ciência fornecer as respostas "objetivas" para os fenômenos, tanto naturais como sociais, na perspectiva de que a solução para os problemas está pautada na ciência considerada neutra, desconectada das decisões políticas. Para o aprofundamento deste tema sugere-se ler Aron, 1982 (capítulo sobre Auguste Comte) e Bock, 1999.

produtivo, se estrutura uma forma de vida permeada por valores que irão mediar a formação de subjetividades. E assim como não existe um projeto homogêneo, unilinear, de um modo produtivo, também não existe uma construção unilinear de subjetividades. Afinal, se assim não fosse, as diversidades estariam impossibilitadas de ocorrerem. Mas então, como explicaríamos as descontinuidades construídas no bojo das resistências a uma lógica que tenta impor-se como dominante ou, ao menos, como hegemônica?

Na agricultura, mais especificamente no serviço de Extensão Rural (ER), direcionado à pequena produção familiar no estado de Santa Catarina, o saber produzido pelo extensionismo foi um poderoso instrumento de consolidação da agricultura “moderna”, advinda de uma lógica excludente daqueles que “não conseguiam acompanhar o progresso”. A matriz socioeconômica excludente só poderia estabelecer-se acompanhada de uma lógica excludente também dos saberes classificados como impróprios aos objetivos modernizadores. O teor “educativo” da ER se construiu na legitimação de uns saberes em detrimento de outros.

Para ilustrar essa afirmativa, pode-se recordar que anteriormente ao surgimento das grandes indústrias de beneficiamento de carnes, o produtor criava a “galinha caipira” de forma tradicional, ou seja, com alimentação e cuidados integrados ao cotidiano da unidade rural. Com a vinda destas indústrias, modificou-se drasticamente o sistema de criação de pintos, agora totalmente “científico”, em termos de alimentação e tempo de criação (ração específica, temperatura adequada nos aviários, tempo certo para abate). O que antes era um processo natural – e também científico, visto dar-se de acordo com a realidade empírica observada – tornou-se um processo artificial na lógica da indústria. O produtor rural teve que aprender as novas técnicas de manejo e “esquecer” suas técnicas, a partir de então consideradas “antiquadas”.

A construção de experiências em agricultura ecológica traz a crítica a esta lógica excludente e se coloca como uma resistência a ela, projetando a inclusão de agricultores marginalizados do processo produtivo. A inserção econômico-social destes agricultores só pode efetuar-se na medida da valorização de seus saberes em seu fazer diário. Assim, a agroecologia traz como pressupostos básicos a inclusão social, econômica, política e cultural de pequenos agricultores. É, portanto, uma resistência à lógica hegemônica.

A questão que se coloca aqui para reflexão é o quanto se pode estabelecer uma “continuidade” ou uma “descontinuidade” da lógica hegemônica, no seio de propostas que nascem para “resistir” a ela. Estamos focando nossas lentes na relação que se está construindo entre o saber “moderno” - historicamente legitimado pela ciência - e o saber “tradicional” - historicamente deslegitimado por ela - em experiências de agricultura ecológica. Mais especificamente, estamos focando nossa compreensão na relação entre extensionistas rurais, representantes do saber moderno, e agricultores, representantes do saber tradicional.

Nossas reflexões constituíram-se no objeto de estudo de tese doutoral<sup>3</sup>, cujo estudo empírico se deu a partir de três experiências agroecológicas em Santa Catarina, duas das quais estaremos utilizando aqui como ilustrações: a do município de Praia Grande e a do município de Santa Rosa de Lima.

O objetivo do presente texto é refletir acerca das relações de dominação ou de complementaridade entre os saberes tradicional e moderno, na construção da agroecologia. Nossa pergunta é: estas relações estarão constituindo-se em mediações na construção de uma lógica de resistência à, hoje, hegemônica?

### ***Da diversidade para a homogeneidade: o processo de deslegitimação do saber tradicional***

A idéia de educação que deu base à extensão rural desde seu nascimento foi a de levar o conhecimento moderno ao agricultor, na busca da elevação de sua produção e, em consequência, de seu padrão de vida. Essas idéias chegaram ao agricultor na medida em que seus próprios conhecimentos e sua prática foram desvalorizados. O significado de “extensão” se fez em sua totalidade: “estender” o conhecimento desde o pólo do saber até o pólo da ignorância, como aponta Freire (1975 e 1985). Na subordinação do saber tradicional pela vertente educativa da ER - trazendo o moderno culto à ciência e ao progresso - se fez a subordinação do “atrasado” campo ao novo (moderno) modelo de desenvolvimento. A invasão do capital se fez necessariamente em concomitância à invasão cultural definida por Freire.

---

<sup>3</sup>Moreira, 1999.

À idéia de que o agricultor era “carente” dos conhecimentos necessários para implementar as modernas práticas produtivas se passou à desqualificação dos conhecimentos que historicamente permitiu-lhe sobreviver, cujas técnicas agora seriam consideradas “tradicionalistas”, arcaicas. O porquê do agricultor não adotar as novas tecnologias foi explicado mediante sua incapacidade para compreender sua eficácia, devido sua ignorância e “falta de cultura”, compreendida como falta de escolaridade. A obscuridade da ignorância do agricultor se deveria contrapor a luz do conhecimento científico moderno, como única forma de salvar o campo do atraso e, assim, não prejudicar o modelo desenvolvimentista nacional, baseado na industrialização e na exportação dos produtos agrícolas.

Como a “causa” da não adoção tecnológica moderna no campo estava no agricultor, o trabalho educativo extensionista deveria centrar-se em convencê-lo a adotá-la, ou seja, em “vencer sua resistência” em mudar de modelo produtivo, resistência apoiada em sua ignorância. O extensionista rural se revestiu de um messianismo moderno, sendo chamado de “agente de desenvolvimento”, desenvolvimento compreendido no projeto nacional neoliberal. Silva (1992) assinala que crescia a necessidade de uma ação educativa junto ao homem rural, para melhorar as condições de vida de sua família, na medida em que a dinâmica do sistema capitalista colocava a necessidade de um enfoque empresarial do rural.

Fonseca (1985) destaca a noção do homem rural para o serviço de extensão como “retraído e desconfiado”, que deseja alcançar o progresso, mas que não sabe como fazê-lo. Por isso, “há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém primitiva, da família rural de viver e trabalhar, por métodos modernos e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo nível de instrução quase nunca vai além da escola primária”<sup>4</sup>. A autora destaca que esta maneira de atribuir os problemas do homem rural aos agricultores mesmos, a seu baixo nível cultural, e não à estrutura produtiva exportadora, dissimulava as contradições intrínsecas ao modo capitalista de produção. Assim se justificava sua dominação, uma vez que a situação do agricultor não era devida à estrutura social, mas à falta de acesso às inovações técnico-científicas do mundo urbano-industrial.

<sup>4</sup> Fonseca, 1985, p.92.

Segundo Fonseca, esse raciocínio leva à idéia de que, apesar de todas estas carências, o agricultor deseja “progredir”, mas lhe falta “saber como fazê-lo”. Desta forma, seu saber é negado, justificando os programas educativos como instrumento redentor de suas carências, colocando-o como consumidor de tecnologias modernas, no bojo do modelo difusionista de extensão rural.

Por isto é comum hoje compreender a ER como havendo desconsiderado o saber do agricultor e sua visão de mundo. Lohn (1997), baseando-se em categorias de Foucault<sup>5</sup> e Bourdieu<sup>6</sup>, assim compreende este aspecto da prática extensionista:

*“O discurso extensionista procurou fazer-se ouvir, adquirindo a competência para produzir efeitos de verdade e constituir-se como um poder simbólico, capaz de qualificar determinados sujeitos sociais por intermédio da identificação dos “incompetentes”, daqueles agricultores tomados como incapazes para a convivência com a modernização. O agricultor foi tomado como o “outro”, portador de uma cultura que obstaculizava o desenvolvimento e a modernização, devendo ser objeto de intervenções modernizadoras. (...) O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital. Tratava-se de difundir o modelo capitalista de pensar e produzir, segundo as necessidades da expansão do capital, através de práticas discursivas que pretendiam controlar o saber e impor normas de trabalho e padrões de conduta a pequenos agricultores”. (p.3)*

Lohn toca na questão da alteridade, ao apontar que o agricultor foi considerado “o outro”, portador de uma cultura que obstaculizava a, digamos, “cultura do progresso”, ou seja, o “outro da civilização”, como se costuma identificar a todos aqueles que, de alguma forma,

<sup>5</sup> Para uma leitura de Foucault recomendamos: Foucault, 2000a; Foucault, 2000b; Foucault, 1992.

<sup>6</sup> Para uma leitura de Bourdieu recomendamos: Ortiz, 1983.

se marginalizam do caminho “evolutivo” do progresso. E é aqui que podemos encontrar nossa questão principal: toda vez que se olha o outro e se deslegitima sua forma de pensar, tentando trazê-lo para “a” legitimidade, se está acabando com a possibilidade de uma alteridade, na exata medida em que se hierarquiza as diferenças. É a concretização de um projeto de unidade/homogeneidade, não de diversidade/heterogeneidade. E sabemos quanto os projetos unificadores neste sentido podem ser totalitários. É por isto que, para construir a diversidade, é necessário encarar o outro no sentido de “permitir-lhe a existência”, e não de cooptá-lo, deslegitimá-lo.

### A perspectiva agroecológica

Mas por que se diz que a agroecologia<sup>7</sup> representa uma resistência ao modelo de produção capitalista e, portanto, a inclusão de saberes tradicionais?

Para Guzmán e Molina (1993a), a agroecologia considera que a conservação e reprodução dos sistemas agrários estão centralmente ligadas às relações que se estabelecem entre os distintos grupos sociais. A agricultura industrializada tem sua origem na subordinação da natureza ao capital, fazendo com que a natureza não obedeça ao seu ciclo natural de regeneração, uma vez que a regeneração do capital se faz premente, causando a crise ecológica. Isso porque a base da expansão da capacidade produtiva destes agroecossistemas<sup>8</sup> é a crescente extração de recursos naturais:

*“Tan fuerte artificialización de la arquitectura ecosistémica crea en el hombre la falsa ilusión de que cada vez depende menos de la naturaleza. Sin embargo, el continuo forzar de las condiciones*

<sup>7</sup> Entendemos por agroecologia a produção agrícola mais próxima possível dos processos naturais e da biodiversidade, otimizando os recursos da unidade agrícola e utilizando a agricultura orgânica; esta, por sua vez, consiste na substituição de insumos sintéticos por insumos de base orgânica na produção agrícola: desta forma, a agroecologia é mais ampla do que a agricultura orgânica, utilizando-se desta. Os aspectos sociais e políticos que caracterizam a agroecologia estarão colocados neste item. Para o aprofundamento desta questão, sugere-se Ehlers, 1996.

<sup>8</sup> Agroecossistema é a artificialização produzida pelo homem nos ecossistemas. Esta transformação, entretanto, deve se dar em harmonia com as leis ecológicas, para que não ocorra um “forzamiento ecológico” que, a longo prazo, pode dificultar a renovabilidade dos recursos naturais. Esta seria a situação da agricultura industrializada. (Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.10).

*naturales para lograr el incremento en la productividad, constituye un proceso creciente de sometimiento de los agroecosistemas a los ciclos de rotación y acumulación del capital que atenta de manera irreversible contra su renovabilidad.”*<sup>9</sup> (p.11)

É porque a natureza está submetida à racionalidade capitalista de acumulação que se pode dizer que a raiz da deteriorização da natureza é a mesma que a crescente degradação a que a sociedade se vê submetida<sup>10</sup>:

*“El desarrollo del capitalismo en la agricultura supone, pues, un proceso de sometimiento de la naturaleza a los ciclos de rotación y acumulación de capital que corre paralelo al sometimiento que unos grupos humanos imponen sobre otros, generando distintas formas de desigualdad. El libre juego del mercado va, poco a poco, orientando la producción hacia lo más rentable, convirtiendo a enormes sectores de la naturaleza y de la sociedad en proveedores de productos requeridos por aquellos sectores de elevados ingresos y, globalmente, por los países centrales, industrializados. El fenómeno de transferencia de valor de pobres a ricos o de la periferia al centro, se corresponde, palmo a palmo, con el fenómeno de transferencia de energía de los ecosistemas a los agroecosistemas industrializados, fenómeno por el cual se deteriora y, finalmente, se destruye el equilibrio ecológico de la naturaleza.”*<sup>11</sup> (p.13)

Daí a afirmação dos autores de que as desigualdades sociais devem ser abordadas como uma enfermidade ecossistêmica, uma vez que a conservação e a reprodução dos agroecossistemas fazem parte das relações sociais, pressuposto da agroecologia.

<sup>9</sup> Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.11.

<sup>10</sup> González de Molina y Sevilla Guzmán, 1992, y Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993a.

<sup>11</sup> Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.13.

Outro pressuposto da agroecologia é que as culturas rurais tradicionais desenvolvem formas de manejo dos recursos naturais muito mais ecológicas que a agricultura capitalista. Esta “economia moral” – que Guzmán e Molina (1993a) já identificavam no pensamento de Chayanov (1981) – está no centro da relação camponesa homem-natureza. Nela desempenha um papel fundamental o conhecimento do pequeno agricultor “*como generador de la cultura que en siglos de adaptación simbiótica ha desarrollado los mecanismos de captación del potencial agrícola de los sistemas biológicos, estimulando y regulando las bases de sustentabilidad y reproducción*”<sup>12</sup> (p.14).

Altieri (1995) salienta a aplicação da agroecologia em projetos de desenvolvimento rural:

*“La agroecología ha surgido como un enfoque nuevo al desarrollo agrícola más sensible a las complejidades de las agriculturas locales, al ampliar los objetivos y criterios agrícolas para abarcar propiedades de sustentabilidad, seguridad alimentaria, estabilidad biológica, conservación de los recursos y equidad, junto con el objetivo de una mayor producción. El objetivo es promover tecnologías de producción estable y de alta adaptabilidad ambiental .”* (p.174-175)

Considerando conjuntamente a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, Altieri (1995) afirma que, ainda que existam várias definições deste último, se podem conceber, na maioria deles, estes objetivos comuns:

- Produção estável e eficiente de recursos produtivos;
- Segurança e auto-suficiência alimentar;
- Uso de práticas agroecológicas ou tradicionais de manejo;
- Preservação da cultura local e da pequena propriedade;
- Assistência dos mais pobres através de um processo de autogestão;
- Alto nível de participação da comunidade em decidir a direção de seu próprio desenvolvimento agrícola;
- Conservação e regeneração dos recursos naturais (p.167).

<sup>12</sup> Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.14.

Neste sentido, Altieri afirma que o sistema agroecológico é atrativo para aqueles agricultores mais marginalizados, porque não é necessário o emprego de muitos insumos devido ao aproveitamento do potencial da unidade rural; por outro lado, os agricultores já incluídos no sistema produtivo se regem mais pela agricultura moderna, o que causa custos sociais e ambientais.

Yurjevic (1995) assinala que, ao enfatizar a regeneração da base dos recursos agrícolas, a agroecologia permite recolocar-se o desafio da produtividade da pequena produção rural, aumentando o número de agricultores incorporados à linha de produtores viáveis: *“las tecnologías que se derivan de los principios agroecológicos, tienen una alta probabilidad de recibir un alto grado de aceptación debido a que respetan la lógica campesina, sin sacrificar su consistencia científica.”* (p. 247)

Para Toledo (1993), as características que fornecem o caráter ecologicamente eficiente à agricultura tradicional estão ligadas à sua condição de “camponês”.<sup>13</sup> Para o autor, a produção camponesa sempre implica na combinação de valores de uso e de troca, sendo o resultado tanto de processos naturais como de forças de mercado, que atuam sobre o agricultor duplamente: como produtor e consumidor.

A racionalidade camponesa, orientada para a subsistência, faz com que se tenha que reduzir ao máximo os riscos e aumentar ao máximo a variedade de seu meio, uma vez que são mais dependentes dele

<sup>13</sup> Como características da economia camponesa, o autor estabelece:

- a. (...) su relativamente alto grado de autosuficiencia. Las familias campesinas (la unidad de producción campesina) consume una parte substancial de su propia producción y, concomitantemente, producen casi todos los bienes que necesitan. (...) en la producción campesina hay un predominio relativo de valores de uso (bienes consumidos por la unidad de producción) sobre valores de cambio (bienes no autoconsumidos sino que circulan como mercancías fuera de la unidad de producción).
- b. Los campesinos están comprometidos en un proceso de producción predominantemente basado en el trabajo de la familia con un mínimo número de inputs externos. La fuerza humana y animal, más que los combustibles fósiles, son las principales fuentes de energía. La familia, consecuentemente, funciona a la vez como una unidad de producción, consumo y reproducción.
- c. La producción combinada de valores de uso y mercancías no busca el lucro sino la reproducción simple de la unidad doméstica campesina.
- d. Los campesinos, generalmente, son pequeños propietarios de tierra, debido a razones tecnológicas y frecuentemente también a la escasez y/o desigual distribución de tierra.
- e. Aunque la agricultura tiende a ser la actividad principal de la familia campesina, la subsistencia campesina está basada en una combinación de prácticas, que incluyen la recolección agrícola, cuidado del ganado doméstico, artesanía, pesca, caza y trabajos fuera de la explotación en tiempo parcial, estacionales o intermitentes. (Toledo, 1993, p.199-200).

para prover suas necessidades. A lógica da diversidade do camponês – tanto de preservar a diversidade natural como a produtiva – entra em oposição à lógica da agricultura moderna, baseada na especialização<sup>14</sup>. Toledo (1993) salienta também que ambientes diversificados são mais eficientes ecologicamente que ambientes especializados:

*“(...) la variedad en términos geográficos, ecológicos, biológicos e, incluso, genéricos es, por consiguiente, el principal rasgo de la producción campesina, porque la variedad en sí misma es un mecanismo para reducir el riesgo. Esta estrategia multiuso a través de la cual los campesinos mantienen y reproducen sus sistemas productivos constituye una característica ecológicamente valiosa que tiende a conservar los recursos naturales, manteniendo la diversidad medioambiental y biológica. La aclamada y, de alguna manera, enigmática racionalidad ecológica del campesino y del productor tradicional no es sólo una estrategia de subsistencia desarrollada en un sistema de producción no orientado a la mercancía. Es una consecuencia directa del proceso de apropiación de la naturaleza en una economía predominantemente dirigida a la población para el uso.” (p. 210-211)*

Destacando a eficiência ecológica da produção camponesa, Toledo (1993) salienta a necessidade de que os conhecimentos e contribuições dos camponeses sejam garantidos em uma nova concepção de modernização:

*“En primer lugar, el simple hecho de reconocer una racionalidad ecológica en la producción campesina reta los paradigmas centrales de la modernización rural porque revalúa el significado y potencialidad de las culturas campesinas, normalmente consideradas como un sector arcaico o tradicional, sin importancia para la modernidad.” (p.215)*

<sup>14</sup> Alier (1995, p.111) aponta que a diversidade agrícola está associada à diversidade etnocultural.

É por isso que Alier (1993) afirma que o movimento por uma agricultura ecológica pode se converter em uma ideologia política se os camponeses se convencerem de que têm praticado tradicionalmente uma agricultura ecológica, uma antiga “superioridade técnica” em termos ecológicos, em comparação com a agricultura moderna.

Unindo as dimensões de mesclar técnicas tradicionais e modernas à necessidade do mercado local, Altieri (1995) enfatiza que o conhecimento dos caracteres culturais e ecológicos locais da agricultura tradicional – a capacidade de evitar riscos, as taxonomias biológicas populares, as eficiências de produção das mesclas de cultivos simbióticos, o uso de plantas locais para o controle de pragas, etc. - é indispensável para se conhecer as reais necessidades da comunidade e assim orientar os projetos de desenvolvimento. Por isso fala de um enfoque agroecológico-etnoecológico de muitas ONGs:

*“La idea es que la investigación y el desarrollo agrícola debieran operar sobre la base de un enfoque desde abajo, comenzando con lo que ya está ahí: la gente del lugar, sus necesidades y aspiraciones, sus conocimientos de agricultura y sus recursos naturales autóctonos”. (...) “Está claro que la preservación de agroecosistemas tradicionales no se puede lograr aislada del mantenimiento de la etnociencia y de la organización sociocultural de la comunidad local.” (p.178).*

O conhecimento do agricultor é ressaltado por Yurjevic (1995) na matriz de seu Desenvolvimento Rural Humano e Agroecológico (DRHA): *“es importante mencionar que uno de los hechos que explica la importancia y viabilidad del paradigma agroecológico es la conciencia que se va despertando sobre el valor que tiene el conocimiento de los agricultores locales acerca del ambiente, las plantas, suelos y procesos ecológicos”* (p.247). Assim, esta proposta de desenvolvimento trata, simultaneamente, da máxima utilização dos recursos internos e sua rentabilidade, tanto da produção como da casa rural, com o fortalecimento da identidade cultural da comunidade, uma vez que são valorizados seus insumos internos e sua visão de mundo.

Um ponto importante que ressalta o autor é que as inovações são absorvidas de forma gradual, por isso a necessidade de coexistência de práticas convencionais e agroecológicas por um longo período de tempo. Para um aumento da velocidade do processo, o autor recomenda que os agricultores separem um pequeno pedaço de terra para uma pesquisa em termos agroecológicos, para que eles mesmos avaliem os riscos e ganhos que poderiam obter.

A agroecologia significa, dessa forma, uma resistência ao modelo excludente hegemônico de produção que, para “incluir” o agricultor no sistema produtivo, necessita incluir seus conhecimentos acerca de sua atividade no rol dos saberes legitimados.

### **Construindo de fato**

As duas experiências com que vamos ilustrar nossos apontamentos apresentam características diferenciadas.

Em Praia Grande, a produção ecológica<sup>15</sup> iniciou-se em 1993, levada por uma economista doméstica e por um técnico agropecuário da EPAGRI local. O que motivou os técnicos a iniciar este trabalho foram princípios de uma “produção limpa”. O que levou os agricultores a aderirem foi a baixa do preço do fumo, seu principal produto, a insatisfação de trabalharem para o intermediário e as altas doses de agrotóxico que o produto exige.

Com o objetivo de viabilizar projetos para financiamentos da produção, os agricultores fundaram a Associação dos Colonos do Vale do Mampituba (ACEVAM), em outubro de 1994, produzindo verduras e frutas. A ACEVAM chegou a contar com 25 famílias associadas e atualmente está com oito, devido a várias adversidades econômicas sofridas neste ínterim. Pode-se dizer que estes agricultores enfrentam grandes dificuldades de inserção no mercado, devido, principalmente, à falta de recursos, impossibilitando uma produção regular (oferta regular de produtos),

<sup>15</sup> Esclarecemos que, embora tenha sido utilizado o referencial teórico da agroecologia, as situações vistas em campo não chegam a ser agroecológicas, ainda que se deseje chegar a este objetivo. No concreto, tanto em Praia Grande como em Santa Rosa de Lima, o que se faz é não utilizar insumos químicos nos cultivos, e fazer o controle biológico das pragas. Mesmo assim, vamos nos referir a elas como experiências agroecológicas por dois motivos: porque é desta forma como são conhecidas nos locais, e porque seus integrantes objetivam chegar à agroecologia em todo seu sentido.

bem como a manutenção das despesas com o transporte dos produtos até as cidades vizinhas para a comercialização em feiras; a colocação dos produtos em supermercados, segundo os produtores, não lhes favorecia, uma vez que tinham que arcar com as “quebras”. Esta ausência no mercado, aliada às adversidades climáticas típicas de uma região de *canyons*, assim como a dificuldade de obtenção de financiamentos para produção ecológica, confere uma situação econômica de instabilidade e uma ameaça constante de manutenção na atividade. A assistência técnica é oferecida agora pela EPAGRI local, com assessoria do Centro Agroecológico da cidade de Ipê, no Rio Grande do Sul.

Bem diferente é a situação dos agricultores da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), de Santa Rosa de Lima, fundada em dezembro de 1996. A idéia da produção foi levada por um supermercadista do município, dono de uma rede de supermercados na capital, Florianópolis. Tendo visto o crescente mercado de produtos ecológicos em países desenvolvidos, levou a proposta a um grupo de agricultores, de começarem a produção dos mesmos, sob a garantia de sua colocação em seus supermercados. Esta proposta estaria inserida em uma discussão mais ampliada, em torno de um Conselho de Desenvolvimento criado no município para se pensar as possibilidades de desenvolvimento local. Daquela proposta original, houve a aceitação de 12 famílias agricultoras, obtendo a assessoria de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI). A AGRECO, então, foi criada por estes agricultores em conjunto com outros de municípios vizinhos. Em 1998, a associação contava com aproximadamente 200 associados, divididos em mais de 50 famílias. Em dezembro do mesmo ano, este número se elevou, de uma única vez, a aproximadamente 500 associados, divididos em 211 famílias, de Santa Rosa de Lima e municípios vizinhos. Este abrupto crescimento foi motivado pela necessidade de elaboração do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, coordenado pelo CEPAGRO, com financiamento do Projeto de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), mais especificamente PRONAF- Agroindústria, um programa do governo federal.

O projeto de agroindústrias em rede teria como objetivo “*alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor baseada em agroindústrias rurais de pequeno porte e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda*”.<sup>16</sup>

O motivo que levou os agricultores a aderirem à proposta foi a insatisfação com o cultivo de tabaco, um dos principais produtos da região, devido à queda do preço, excesso de uso de agrotóxicos e de se constituir em um cultivo mais trabalhoso do que hortaliças, principal cultivo da AGRECO. Atualmente o mercado para seus produtos é disseminado em sete municípios do estado. A assistência técnica é oferecida pela AGRECO e pelo município.

Não objetivamos aqui discutir estas experiências como estudos de casos. Este trabalho já foi realizado em nossa tese de doutorado. Disponibilizamos somente informações suficientes para caracterizar brevemente as duas experiências, que serão utilizadas apenas como ilustrações de nossos pontos de reflexão acerca da possibilidade ou não de se construir uma lógica de integração entre os saberes tradicional e moderno na busca da construção da agroecologia. Por isto, iremos centrar nossa discussão em um aspecto de nossa pesquisa: a avaliação de técnicos<sup>17</sup> e agricultores sobre a relação entre ambos em seu trabalho conjunto.

Um dos primeiros pontos a destacar no caminho difícil de construção de novas relações é a cultura em que vivemos, impregnada de valores hierárquicos entre os saberes. É nessa cultura que se insere a própria formação acadêmica dos técnicos, de cunho tradicional:

*“É a mentalidade que nós precisamos mudar, nós estamos tentando mudar, mas ainda somos muito tradicionalistas, daquela assistência técnica tradicional, mas estamos buscando mudar isto. O interessante é que é muito fácil para ti discutires a organização com os agricultores, dizeres ‘se*

<sup>16</sup> Cardoso *et.al*, 1999, p. 02.

<sup>17</sup> Aqui estamos utilizando a palavra “técnico” de forma generalizada, indicando tanto *extensionistas como pesquisadores e professores universitários que fizeram parte de nossa amostra*. No entanto, quando reproduzimos suas falas, diferenciamos os extensionistas dos técnicos não extensionistas (ligados à universidades, ao CEPAGRO, à EPAGRI mas não exercendo função extensionista). Quando o técnico em questão estava vinculado a alguma das duas experiências em pauta, a indicamos, quando não, somente utilizamos a palavra “técnico” em nota de rodapé.

*organizem desta maneira...’, se nós não estamos organizados. Então nós também estamos tentando nos organizar. Como vamos exigir a organização do agricultor se nós mesmos não estamos organizados? ‘Faz o que eu digo, mas não faz o que eu faço...’ Esta questão da organização nós também estamos buscando, porque também estamos acostumados a fazer nossos próprios planejamentos sozinhos e agora temos que fazer juntos. Isto faz com que se estreite nossa relação interpessoal, a solidariedade... estamos tentando... de vez em quando temos umas brigas internas, mas é porque faz parte.”<sup>18</sup>*

O técnico assinala um ponto importante: pedir aos agricultores o que nem eles estão acostumados a fazer. A questão da organização dentro de uma lógica participativa é um exemplo, mas também se pode destacar a questão geral do estabelecimento de relações não hierárquicas entre os saberes em uma sociedade que “desconfia” do que não é por ela legitimado. Se quisermos que o agricultor participe de fato, que esteja junto ao extensionista, também temos que legitimá-lo. No convencimento de que os técnicos nem sempre têm esta atitude, é necessário que nos estejam presentes as dificuldades mediadoras para que isto ocorra, e assim poder constatar que o caminho não é linear:

*“Agora, quando falamos de mudança, dizemos que o projeto não pode mais ser do agrônomo, é preciso um projeto do agricultor. O que o técnico tem que fazer é, normalmente... o agricultor tem uma visão não muito definida do projeto: ‘eu quero mudar de vida, quero sair do tabaco, quero fazer outra coisa... este negócio sem agrotóxico, talvez eu aceite, é bom, então eu quero produzir verdura’. (...) Então, tu podes colher esta demanda do agricultor, sentar em teu escritório, elaborar o projeto, e depois voltar e dizer a ele: ‘aqui está o*

<sup>18</sup> Extensionista de Santa Rosa de Lima.

*projeto'. E este projeto, provavelmente, será mais teu do que dele. Então, o que se fala muito é da possibilidade de amadurecer junto com ele. (...) Eu diria assim, neste projeto (das agroindústrias em Santa Rosa de Lima), com relação ao ritmo que teve, isto não foi muito bem feito, acabou sendo... o que aconteceu foi... eles mais ou menos definiram o que queriam e mais ou menos o valor, o volume de recursos que estavam dispostos a pagar e então nós (os técnicos) elaboramos o projeto e depois voltamos para discuti-lo."<sup>19</sup>*

É, neste sentido, que até nas propostas de mudança se reproduz o “velho” sistema de pensar “pelo agricultor”, na deslegitimação de seu saber, por variáveis sociais como as exigências que são conferidas a um projeto para fins de financiamento.

Thompson e Scoones (1997) tocam neste ponto, ao fazerem a crítica à abordagem “agricultores em primeiro lugar” onde, mesmo procurando-se a participação do agricultor e tê-lo como parceiro, são os agentes externos os “coletadores de informações” e os “documentadores de seu conhecimento”, assim como os “planificadores e administradores de intervenções”, ocorrendo o envolvimento ativo das populações locais em alguns casos e sem ela em outros. Isto seria a separação entre os conhecimentos “científico” e “prático”, o que criticam os autores, uma vez que o conhecimento é, ao mesmo tempo, uma construção teórico-prática, o que seria a *práxis* de Freire (1985). No lugar do consenso da incorporação de um saber por outro, há que se buscar a heterogeneidade de suas diferenças, construindo o todo.

Assim que um técnico reconhece que os conhecimentos do agricultor devem ser considerados no momento de desenvolver os projetos:

*“... porque ele (o agricultor) tem alguns conhecimentos técnicos também; não é porque o agricultor não os domina formalmente que este conhecimento não é técnico, é tão técnico como o outro, e é tão científico como o outro. Só que, talvez, muitos destes agricultores não saibam sistematizar*

<sup>19</sup> Técnico – Santa Rosa de Lima.

*no caderninho, ou no papel, ou no computador... esta é a diferença. Ou talvez não estudou em um laboratório, ou em um grande centro de pesquisa... ele obteve estes conhecimentos através da experiência prática”.*<sup>20</sup>

As relações diferenciadas entre técnicos e agricultores também são dificultadas por toda a herança deixada pelo modelo tradicional de ER. Assim, principalmente em relação a agricultores não associados nos projetos de agricultura ecológica:

*“... esta relação é complicada hoje, é complicada. Grande parte dos agricultores quer que nós sejamos aquele extensionista que traga aquele conhecimento, que traga a solução para seus problemas. E nós estamos tentando dizer o contrário, e não estamos sendo aceitos. Por que? Porque eles estão inseridos naquele sistema, então o agricultor também tem dificuldades para sair daquilo, de entender que aquele momento se acabou, ele não está entendendo. Para a maioria... para alguns agricultores ainda o modelo serve, para alguns agricultores, para as agroindústrias, para as indústrias químicas, para as indústrias de máquinas, este modelo ainda serve, mas para a agricultura familiar não serve mais. Mas o agricultor não está entendendo desta forma. É uma das razões pelas quais nós não estamos conseguindo levar este projeto de agroecologia adiante, como gostaríamos.”*<sup>21</sup>

Diante das exigências de desempenho dos papéis formais de cada categoria social, existe toda uma dificuldade em frustrar as expectativas e legitimar-se em outra lógica. A questão que se coloca aqui é a consciência de que o sistema agroecológico exige relações diferenciadas para construir-se, mas que “esbarram” no sistema produtivo moderno, que trazia relações hierarquizadas entre os saberes.

<sup>20</sup> Técnico – Santa Rosa de Lima.

<sup>21</sup> Extensionista de Praia Grande.

E se a agroecologia privilegia a produção tradicional, qual a necessidade de assistência técnica aos agricultores antigos, que já eram acostumados a produzir desta forma antes da modernização?

*“Uma boa parte de nós sabe de tudo. Só que às vezes, quando aparece alguma coisa diferente, uma doença diferente, então é bom que eles (os técnicos) venham, mas, se não, de plantar de tudo nós sabemos bastante. Porque nós crescemos com isto aqui.”<sup>22</sup>*

*“Para mim a novidade é ver bastante gente interessada nisso, isto sim que é novidade; mas para mim não é, minha mãe sempre plantou milho, feijão, mandioca, batata, em tudo o que ela plantava nunca colocava nenhum veneno; então, para mim, não é novidade.”<sup>23</sup>*

*“... não serve levar-lhes nossos estudos, eles vão ensinar mais a nós do que nós a eles, porque os antigos agricultores guardam aqueles conhecimentos de trabalhar a terra sem o uso de defensivos, sem o uso de adubo químico.”<sup>24</sup>*

Se a agroecologia guarda semelhanças com o cultivo tradicional, também apresenta novidades, principalmente nas técnicas biológicas de prevenção de enfermidades das plantas, técnicas de manejo de terra buscando recuperá-la em um intervalo menor de tempo, na busca por produzir bem em pequena área.

Uma questão mereceu destaque por parte de alguns técnicos e que consideramos adequada para uma chamada à reflexão: o direcionamento da produção para “nichos de mercado”, tendo a agroecologia uma lógica que deveria, justamente, romper com a lógica de mercado da produção capitalista. É como assinalava um técnico: *“Como produzir com uma nova lógica na lógica do mercado? (...)*

<sup>22</sup> Agricultora de Santa Rosa de Lima.

<sup>23</sup> Agricultor de Praia Grande.

<sup>24</sup> Extensionista de Santa Rosa de Lima.

*Muda o sistema, o mundo em que vivemos para construir um modelo novo, ou se constrói o modelo novo para mudar o mundo, mudar a lógica?*” E ele mesmo responde: “*Nós construímos o todo, construindo as partes*”. Neste sentido, convém refletir sobre a fala de outro técnico:

*“A questão do ‘nicho de mercado’ é uma coisa muito perigosa (...) que a agricultura seja vista como uma possibilidade de ‘nicho de mercado’, ou seja, ‘vou fazer uma produção agroecológica para vender em (nome do supermercado) para exportar para a França, porque ali eles podem pagar...’ Se a agroecologia e o desenvolvimento sustentável têm outras dimensões, mais além da econômica, nós temos que repensar bem isto, não podemos produzir para uma determinada elite, temos que pensar na produção ecológica para alimentar a população que vive aqui.(...) É um equívoco conceitual da agroecologia que nós pensemos nela como um instrumento de maximização de lucro. (...) Ver a agroecologia com uma ótica de maximizar o lucro e trabalhar com o nicho de mercado é contrariar a dimensão social da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, a dimensão da partilha do produto com a sociedade (...) é elitizar uma forma de produção.”<sup>25</sup>*

Esta discussão se faz importante, uma vez que, dependendo da inserção dos agricultores no mercado, sua intenção no mercado, resulta sua lógica de organização, constituindo-se ou não em uma mediação para o estabelecimento de novas relações entre técnicos e agricultores. Os interesses que contextualizaram a ER foram os do capital, na lógica de mercado da modernização da agricultura. A agroecologia significa uma resistência a esta lógica, dando espaço à valorização dos conhecimentos tradicionais do agricultor, justamente porque significa uma diversidade que resistiria ao caminho unilinear do progresso capitalista. As relações subjetivas não vêm separadas das relações objetivas, ainda que as opções políticas não venham coladas, inequivocamente, às teorias.

<sup>25</sup> Técnico.

Por isso é preocupante, para projetos que se pretendem alternativos ao hegemônico, entrar na lógica do mercado sem, ao menos, analisar estas questões.

Esta situação faz-se mais presente em Santa Rosa de Lima, cuja experiência é maior e já nasceu para o mercado, do que em Praia Grande, que mal conseguiu ainda colocar-se no mercado. É importante lembrar que a lógica do mercado tem sido a mesma do desenvolvimento moderno, e não uma resistência a ela. Isto significa mais que dizer que o modelo de modernização da agricultura, com os pacotes tecnológicos, subordinou os ritmos da natureza ao ritmo do capital, assim como subordinou o agricultor à indústria e ao capital financeiro. Significa também dizer que implementou a lógica da especialização, da concorrência, do individualismo, das relações verticais, da deslegitimação de alguns saberes na legitimação de outros, polarizados em certas categorias de pessoas. O enfrentamento, a resistência a esta lógica homogeneizadora, não se faz apenas na negação da utilização dos insumos modernos na agricultura, na busca por uma agricultura que esteja de acordo com o ritmo da natureza. Esta busca, se não estiver permeada por valores que rompam com a especialização, a concorrência, o individualismo, a deslegitimação, pouco pode fazer para um projeto de desenvolvimento que seja alternativo ao que temos, que o citado técnico chamou de desenvolvimento sustentável.

Outro ponto fundamental a se considerar é a busca de “cooperação” entre os agricultores em projetos agroecológicos. Na medida em que a produção agroecológica une os agricultores em grupos produtivos, uns dependem dos outros. Embora também alguns se sintam prejudicados pelos outros caso eles não produzam tanto, uma vez que nos grupos as perdas são repartidas.

Em Praia Grande se percebe um forte sentimento de cooperação dentro do pequeno grupo dos “ecológicos”. Neste grupo, um passa informação para o outro...

*“... no cultivo convencional, se eles descobrem um veneno que mata uma praga, o guardam, o outro que está tendo prejuízo que se ajeite, é um egoísmo, é só para si. Na ecologia já é diferente, já se buscam mais informações para passá-las aos outros. Hoje a ecologia é uma família, tanto a ACEVAM como os outros grupos se tornam uma*

*família, toda unida, todos acompanham o trabalho e quando alguém descobre alguma coisa que é boa para produzir determinada coisa, a passa para outro, este passa para outro, a informação gira sempre, cada um que tem uma novidade vai passando”.*<sup>26</sup>

Em contrapartida se percebe uma linha divisória acentuada, no olhar dos agricultores ecológicos, entre eles e os “convencionais”, como um julgamento de valor por estes não desejarem participar do projeto, não se conscientizarem da importância de se preservar a natureza. Assim, se reproduz o olhar excludente do outro, não entre técnicos e agricultores, que parecem conseguir relações horizontais, mas entre agricultores ecológicos em relação aos convencionais. Mas “inverter a seta”, no sentido de que o olhar hierárquico agora parte dos próprios agricultores, não significa romper com valores que estruturam uma lógica de exclusão. O rompimento se dá na efetiva convivência com a diversidade, sem hierarquizações. Em Praia Grande, a visão de “família” dos “ecológicos” cumpre a função de acabar com as diversidades, utilizando-se da “cooperação” como homogeneidade, o que uniria estes agricultores e os diferenciaria dos demais.

Ainda sobre a cooperação, se percebe em Santa Rosa de Lima um sentimento de desconfiança de uns agricultores em relação aos outros “*não quererem trabalhar tanto como nós para conseguirem uma boa produção*”. Este valor dado ao trabalho, pode-se dizer, ao “culto ao trabalho” é típico das sociedades modernas, que joga os êxitos na meritocracia individual. Nesta lógica, os outros são vistos mais como possíveis impedidores de seu êxito, do que como aliados para um objetivo comum. E levantamos a questão: levando-se em conta que em uma única assembléia se passou de 20 para 200 famílias associadas na Agreco, como construir relações cooperativas com esse aumento abrupto? Se esse aumento foi devido aos projetos de agroindústrias - tanto porque os agricultores viram neles a possibilidade de vantagens, como também os técnicos viram no aumento de associados maiores possibilidades de se obter aprovação destes projetos - como conseguir construir uma lógica alternativa de desenvolvimento se o crescimento do número de associados está em consonância com o movimento ditado pelo mercado, na mesma lógica “acelerada” de desenvolvimento moderno? Como construir subjetividades diferenciadas neste ritmo?

<sup>26</sup> Agricultor de Praia Grande.

Da mesma forma, em Santa Rosa de Lima, não se verificou conflito em relação à valorização do conhecimento dos agricultores por parte dos técnicos. Ao nosso ver, estes conflitos não apareceram porque as relações estabelecidas entre os saberes “cabem” na estrutura vigente, que não é de rompimento. Em nossa pesquisa, constatamos diferenças entre o que foi “ouvido” nas entrevistas e o que foi “visto” nas visitas dos técnicos às unidades rurais para reuniões com grupos de agricultores. Nestas visitas, ainda que se respeitasse um tempo de diálogo com os agricultores, o tempo era muito mais utilizado pelos técnicos para dizer a eles porque sua produção estava ou não tendo bons resultados. Os espaços de abertura aos agricultores para que se manifestassem eram pouco utilizados por eles. Talvez porque ouvir o técnico falar do que é melhor em sua propriedade, afirmando coisas muito mais do que questionando com eles, ou mesmo deixar os técnicos fazerem um projeto que é de interesse de todos, é algo já “conhecido” pelo agricultor, em que seu saber é colocado como secundário. O desejo de mudar esta situação só poderia aparecer em uma estrutura que questionasse, que buscasse o rompimento desta lógica. Esta intenção existe nos técnicos, é verdade, mas existe também uma grande dificuldade em romper com o tradicional.

Podemos dizer que este rompimento é difícil, uma vez que a própria estrutura da experiência em agroecologia no município está inserida no “mesmo”. Assim, a intenção pode ser a de romper, mas uma relação de apropriação do saber popular pelo saber legitimado só poderia romper-se se a estrutura de inserção desta relação fosse nesta direção. Mas se não há o questionamento desta estrutura, a antiga “funciona” muito bem, não havendo necessidade concreta de mudá-la. Desta forma, a necessidade de mudança não é criada, não é construída. Se a estrutura é de continuidade, e se esta não está em questão, é difícil que surjam valores que a rompam. As relações estabelecidas entre técnicos e agricultores que, a despeito do que desejam os técnicos, reproduzem a verticalização do saber legitimado, não aparecem como problemas para os agricultores. Ou seja, de fato não existe nenhum conflito desta ordem sendo vivenciado por eles. E não é algo que “esteja escondido”, é algo que realmente não existe como concretude nestas relações assim estabelecidas. Na história que ali está sendo construída, pode ser que nunca haja este conflito.

Ressaltamos que os valores de cooperação interna ao grupo dos ecológicos que vimos em Praia Grande, na ACEVAM, vêm acompanhados por uma grande dificuldade financeira. Será que estes valores permanecerão caso a ACEVAM venha a inserir-se efetivamente no mercado? Será que a solidariedade e a lógica da cooperação que parece estar presente agora, nos tempos difíceis, se manterá quando se estiver mais exposto à lógica da concorrência individual, à sensação de um estar prejudicando o outro? Poderão os agricultores manter e concretizar esta “outra” lógica quando estiverem inseridos no mercado, neste mercado com esta “mesma” lógica? Será que a agroecologia representa uma forma diferente de pensar seu mundo próximo, não só voltado até a máxima produtividade?<sup>27</sup>

Quisemos refletir aqui sobre as relações estabelecidas entre os saberes tradicional e moderno, representados nas figuras do agricultor e técnico, na construção de projetos agroecológicos, entendida a agroecologia como um caminho para a construção de novos valores. Mas a construção de novos valores apresenta algumas “armadilhas”, quais sejam os valores próprios da lógica moderna de produção e os problemas da convivência entre as pessoas e entre os saberes. A agroecologia irá sendo construída de fato quando as mediações objetivas (situações concretas de organização, por exemplo) e subjetivas (valores) forem em direção à ruptura dos valores dominadores da lógica moderna. A legitimação do saber tradicional requer muito mais do que aparato teórico de seu reconhecimento, requer efetiva construção de mudanças de valores, nem sempre fácil de ser concretizada.

Ressaltamos que, por serem experiências recentes em agroecologia, as evidências encontradas e aqui discutidas ainda não sugerem conclusões “definitivas” quanto ao favorecimento ou não da legitimação do saber do agricultor. As duas experiências estão em construção, e se pode dizer que ainda convivem o “velho” e o “novo” entre técnicos e agricultores. Assim, a pergunta formulada no título deste texto está ainda a ser respondida por novas pesquisas. O que fica aqui são considerações que tencionam chamar a atenção para certos direcionamentos que podem não estar apontando para onde se deseja chegar e, neste sentido, esta “chamada de atenção” cumpre o papel de uma reflexão que possibilite re-orientações no percurso.

<sup>27</sup> Este foi o objeto de estudo da dissertação de mestrado em Geografia de Josane Moreira de Costa, cujo artigo presente nesta coletânea apresenta algumas considerações.

### Referências bibliográficas

- ALIER, J. M. Hacia una historia socio-ecológica: algunos ejemplos andinos. In: SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Orgs.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993, p.219-253.
- ALIER, J. M. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 3. ed. Montevideo: Nordan Comunidad/Icaria, 1995.
- ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS M. A. (Coord.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995, p.151- 203.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1982.
- BOCK, A. M. B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: EDUC; Cortez, 1999, p. 35-61.
- CARDOSO, A. M., SCHMIDT, L., SCHMIDT, W., SCHMIDT, W. (Feijão) e SCHMIDT, V. B. *Agroecologia, solidariedade e cidadania: a experiência de Santa Rosa de Lima e municípios vizinhos*. Santa Rosa de Lima, maio, 1999. Material não editado.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da. & STOLKE, V. (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.133-163.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origem e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

FOUCAULT, M. *Genealogía del racismo: de la guerra de las razas al racismo de Estado*. Madrid: La Piqueta, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. y SEVILLA G. E. Una propuesta de diálogo entre socialismo y ecología: el neopopulismo ecológico. *Ecología Política*, Barcelona, n.3, p.121-135, 1992.

LOHN, R. L. *Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

MOREIRA, J. *La dimensión educativa de la extensión rural en el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno*. Córdoba/Espanha, 1999. Tese (Doutorado em Psicopedagogia) – Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Córdoba.

ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1993. (Coleção Sociologia).

SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Ecología, campesinado e historia. Para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Orgs.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993a, p.23-129.

SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Introducción general. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993b, p.9-20.

SILVA, A. A. da. *Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER-RS*. Santa Maria, 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

THOMPSON, J. y SCOONES, I. Desafiando a perspectiva populista: sabedoria popular rural, pesquisa agrícola e prática extensionista. *Atualização em Agroecologia*, Rio de Janeiro, n. 31-32, p. 32-50, out. 1997.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (org.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993, p.197-218.

YURJEVIC, A. Un desarrollo rural humano y agroecológico. In: CADENAS, M. A. (Coord.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995. p. 239-279.